

O GT 7 DA ANPED: DIREITOS E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA
CASTILHANO, Ana Lucia - UESB- UFSCar
GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos/ n.07
Agência Financiadora: CAPES

Este é um trabalho preliminar, parte de minha pesquisa de Doutorado, que tem como objetivo conhecer a criança pobre de 0 a 4 anos que não frequenta a Educação Infantil na cidade de Vitória da Conquista-BA.

São poucos os textos do GT 7 da ANPEd que tratam da criança fora da perspectiva institucional. Embora o termo educação da criança de 0 a 6 anos seja abrangente e possa abarcar diversos aspectos dessa faixa etária, a produção no GT 7 é marcada por temas como a escola e as dificuldades que a educação enfrenta. Se, por um lado, isso denota a preocupação dos pesquisadores com a educação da criança, por outro, mostra a abordagem sistemática de uma criança escolarizada. Os textos publicados versam, em geral, sobre a função da brincadeira no desenvolvimento e na aprendizagem, sobre formação de professores na Educação Infantil, relações entre as crianças e adultos ou políticas públicas.

Tendo como base a discussão atual a respeito dos direitos infantis amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o objetivo deste texto é, a partir da identificação de trabalhos que abordem a criança fora da Educação Infantil, iniciar uma discussão sobre as temáticas desenvolvidas no GT 7 da ANPEd de 1995 a 2004.

Consideramos a infância como uma categoria social. Philippe Ariès (1981), se amparou nas famílias européias para falar da condição histórica e construída da infância, em contraposição a uma naturalização. Embora no Brasil este autor seja também referência neste tema, há diversas peculiaridades que devem ser consideradas no estudo da criança, principalmente quanto à inexistência de uma que seja única, com o mesmo padrão em todas as culturas.

Para os pesquisadores do Brasil, há uma série de aspectos particulares de nossas crianças que precisam ser vistos, marcados como fatores de cultura que constituem aquilo que a criança é. Com esta proposta, encontram-se os estudos históricos a respeito da infância das crianças brasileiras nos séculos que sucederam a chegada das naus portuguesas às costas nacionais¹, até os estudos sobre as crianças indígenas (SILVA, MACEDO e NUNES, 2002).

¹ Os textos publicados em Del Priore, (2000) são um bom exemplo.

A questão aqui colocada, então, seria a necessidade de se conhecer e acompanhar crianças diferentes daquelas que encontramos descritas e estudadas na Educação Infantil, e identificar algumas diferenças entre as que freqüentam este nível da Educação Básica, e outras que estão fora dela. Isto é crucial porque, aparentemente, só pode ser feito com a criança pequena, de quem se pode capturar uma vida anterior aos processos de formação homogênea promovidos pela escola. Além disso, o contingente de crianças, nesta faixa etária, que está fora das instituições é muito maior do que o das crianças que freqüentam a Educação Infantil (27% do total de 21 milhões de pessoas de 0 a 6 anos no Brasil²). De acordo com análise de Kappel, Carvalho e Kramer (2001), a criança que está fora da Educação Infantil constitui um dos campos que mais necessita de pesquisas, porque não se conhece nada a respeito dessas pessoas.

A entrada de outros campos do conhecimento (como a sociologia e a antropologia) nas produções sobre a criança pequena possibilitou visões para além da escola e das instituições educacionais em geral. De acordo com Sarmento e Pinto (1997), as crianças e as problemáticas da infância fazem parte das atuais preocupações de instâncias como a mídia e a política de forma que:

Também no campo investigativo, o estudo das crianças, a partir da década de 90, ultrapassou os tradicionais limites da investigação confinada aos campos médico, da psicologia do desenvolvimento ou da pedagogia, para considerar o fenômeno social da infância, concebida como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social. (SARMENTO E PINTO, 1997,p.10).

Então, os espaços continuam sendo abertos no sentido de encontrar outras formas de se abordar a criança, inclusive metodologicamente como propõem Goulart de Faria, Demartini e Prado (2002).

A possibilidade de se capturar aspectos culturais dos grupos humanos onde a criança está inserida torna-se importante, inclusive, como contraponto para se compreender um pouco mais o processo de escolarização, a passagem de um pensamento que não conta com o auxílio da leitura e escrita, para outro que exige uma organização que talvez pudéssemos chamar de cartesiana³.

² De acordo com dados do IBGE.

³ Cartesiana segundo a lógica de Descartes de “limpeza” do raciocínio, organização da razão em um patamar mais alto do que a experiência. Subordinação da experiência à razão (verbete, ABBAGNANO, 2000,p.118).

Existem diversas peculiaridades no estudo da infância como conceito ou da criança como sujeito que devem ser consideradas.

Podemos, agora, considerar que a visibilidade contemporânea da infância é, ela própria, paradoxal: ao falar-se (e ao estudar-se) as crianças, produzem-se, na ordem do discurso e na ordem das políticas sociais, efeitos contraditórios, que resultam da extrema complexidade social da infância e da heterogeneidade das condições de vida. (SARMENTO e PINTO, 2000,p.14).

Para considerar outras problemáticas além das escolares no estudo da criança, torna-se necessária uma definição de criança integral, sujeito social e histórico, marcadas pelas contradições sociais de seus grupos e pelo direito à cidadania. A criança vive o que é específico da infância, cria imagina, e possui opinião sobre a ordem das coisas. Esta definição é dada por Sônia Kramer (2003,p. 91) ao falar sobre a criança que produz cultura e é produzida por ela.

METODOLOGIA:

No total, foram analisados 131 trabalhos dos quais 14 entraram no quadro apresentado em razão da importância considerada para pesquisas que tencionam trabalhar fora da escola, porque permite conhecer propostas que apresentam a criança sob uma perspectiva mais ampla.

Dois textos foram encontrados dentro da temática levantada por esta proposta. Eles são apresentados em um texto abaixo. Os textos são citados de acordo com a ordem de publicação. Observa-se, a partir do quadro abaixo, que nos anos de 1995,1997 e 1999 todas as apresentações do GT 7 foram referentes à escolarização da criança. A partir de 2000 aparece um número maior e mais constante de pesquisadores interessados em experiências infantis fora da pré-escola ou creche, ampliando os espaços, as concepções e os sujeitos das pesquisas.

Ano	RA	Título	Autor
1995	18 ^a	-----	-----
1996	19 ^a	Do Brinquedo à Brincadeira: práticas e representações e o ato de brincar na Brinquedoteca.	Cristina Lacleite Porto.
1997	20 ^a	-----	-----
1998	21 ^a	Infância, Conhecimento e Contemporaneidade.	Solange Jobim e Souza & Rita Marisa Ribes Pereira.

1999	22 ^a	-----	-----
2000	23 ^a	1- O Jogo Imaginário na Infância: a linguagem e a criação de personagens. 2- Que Infância é Esta?	1-Maria Cecília Rafael de Góes 2- Maria Isabel Bujes.
2001	24 ^a	Direitos das Crianças à Educação Infantil: inclusão ou exclusão?	Jodete Bayer Fullgraf
2002	25 ^a	1- Direitos das Crianças à Educação Infantil: inclusão ou exclusão? 2- Espaços Infantis: shopping center é lugar de criança? 3- Demanda por Educação Infantil no Município do Rio Grande.	1- Jodete Bayer Fullgraf. 2- Karine Dias Coutinho. 3- Maria Renata Alonso Mota e Simone Santos de Albuquerque.
2003	26 ^a	1-Corre, Vai Mais Uma Vez! Um estudo exploratório sobre o espaço e o tempo na brincadeira de crianças em um shopping.	Silvia Néli Falcão Barbosa.
2004	27 ^a	1- A Representação da Infância na Poesia de Manuel de Barros. 2- As Interações Sociais e a Formação da Identidade da Criança Negra. 3- Bonecas: objeto de conflito identitário na arena da dominação cultural. 4- Culturas Infantis na Cidade: aproximações e desafios para a pesquisa.	1- Maria Teresa Scotton. 2- Vera Lúcia Neri da Silva. 3- Fátima Vasconcelos. 4- Fernanda Muller.

Dos dois textos cuja temática é específica para este estudo, o pôster publicado em 2002, intitulado “Direitos das Crianças à Educação Infantil: inclusão ou exclusão?”, de autoria de Jodete Bayer Fullgraf, apresenta um trabalho de investigação cujo objetivo é saber se todas as famílias interessadas em creches e pré-escolas estão tendo acesso às instituições públicas da rede de Educação Infantil do Município de Florianópolis-SC, se existem famílias excluídas da rede municipal, e quais as alternativas encontradas por elas para garantir o seu direito de atendimento educacional às suas crianças. Segundo o estudo, essas alternativas seguem em duas direções: a procura e uso de uma “rede informal” de Educação Infantil (instituições não cadastradas no MEC); e a busca por “mecanismos legais”, ou seja, uma vaga na rede oficial municipal por meio de parceria com o Conselho Tutelar. A autora conclui que os direitos da criança são “direitos de papel” e não direitos de fato, e coloca estas alternativas como formas de se alcançar o pleno direito da criança.

O texto seguinte se chama “Demanda por Educação Infantil no Município do Rio Grande”, de autoria de Maria Renata Alonso Mota e Simone Santos de Albuquerque. Nesta pesquisa, as autoras queriam saber a respeito das crianças que não estavam

freqüentando a Educação Infantil em Rio Grande- RS. Sua metodologia incluiu visitas aos bairros, e aplicação de questionários. As conclusões parciais mostram a necessidade das mulheres recuperarem o seu papel de luta pelos direitos à educação das crianças. Os resultados apontados pelas pesquisadoras mostram que há demanda pelas creches, mas que esta permanece desconhecida. Parte desta conclusão se dá, de acordo com indicação do texto, em razão da observação do número de crianças soltas a brincar no meio da rua, e também pelos comentários dos adultos de que “bastava olhar em volta para ver a necessidade das creches”.

Diante da extensa população de 0 a 6 anos que se encontra fora da Educação Infantil, era de se esperar um volume maior de pesquisas na ANPEd que tratassem do assunto. No entanto, considerando que há diversos textos que apontam para algumas mudanças na concepção de criança na atualidade, imagina-se que a problemática de quem não alcançou as creches e pré-escolas vá chegar aos anais de eventos de divulgação científica de forma mais expressiva.

Para esta pesquisa em andamento, o contato com estes textos garantiu uma visão geral da produção sobre a criança pequena que situa o problema do conhecimento a respeito daquelas que estão fora da Educação Infantil particularizando um pouco a questão da demanda e dos direitos garantidos no ECA para conhecer os sujeitos que brincam, como brincam, que brinquedos gostam de usar, como passam o seu tempo, se brincam na rua, se assistem TV. Mas, sobretudo, ajudar a discutir possibilidades de se conceituar a criança de forma independente de instituições como a família ou a escola.

Referências:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução: Alfredo Bosi. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC. 1981.
- BRASIL, *ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*. Lei 8069/ julho 1990.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto. 2000.
- GOULART de FARIA, Ana Lucia, DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri, PRADO, Patrícia Dias. (orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas-SP: Autores Associados. 2002.

IBGE, www.ibge.org.br.

JOBIM e SOUZA, Solange, PEREIRA, Rita Marisa. *Infância, conhecimento e contemporaneidade*. 21ª Reunião Anual da ANPED, GT 7. Caxambu, 1998.

KAPPEL, Maria Dolores, CARVALHO, Maria Cristina, KRAMER, Sônia. *Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Autores Associados. Jan.- abril 2001, nº 16.

KRAMER, Sônia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BASÍLIO, Luiz Cavalieri, KRAMER, Sônia. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez. 2003.

SILVA, Aracy Lopes, MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva, NUNES, Ângela (orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global. 2002.